COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 2994, DE 2021

Institui o Dia Nacional da Força Jovem Universal.

Autor: Deputado JÚLIO CESAR e outros

Relator: Deputado JOÃO CAMPOS

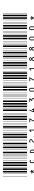
I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2994, de 2021, de autoria dos Deputados Republicanos Júlio Cesar Ribeiro, Maria Rosas, Ossesio Silva, Gilberto Abramo, Roberto Alves, Aroldo Martins, Vavá Martins, Marcos Pereira, Carlos Gomes, Jorge Braz, Vinicius Carvalho, Márcio Marinho, Aline Gurgel e Rosangela Gomes, institui o Dia Nacional da Força Jovem Universal, a ser celebrado anualmente no segundo sábado do mês de janeiro.

Em sua justificativa, os autores relembram que a Força Jovem Universal (FJU) visa ajudar os jovens de todas as maneiras por meio de auxílio social, e um dos principais objetivos do grupo é alcançar jovens que se encontram no mundo dos vícios, na criminalidade, que possuem problemas familiares, sem perspectiva de vida a encontrarem um caminho.

Ressaltam, também, que criação do Dia Nacional da Força Jovem Universal será de grande importância para os voluntários do grupo, pois, será celebrada a esperança no futuro de cada jovem alcançado.







A proposição se sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões (Art. 24 II) e foi distribuída às Comissões de Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Na Comissão de Cultura, recebeu parecer favorável do relator Deputado Pastor Eurico, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade no dia 30 de novembro de 2021.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição em exame, a teor do disposto no art. 32, inciso IV.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes.

No tocante à constitucionalidade material, inexistem discrepâncias entre o conteúdo do projeto e a Constituição Federal.

No que guarda pertinência com a juridicidade o projeto de lei não apresenta vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade, bem como se consubstancia na espécie normativa adequada.

A técnica legislativa e a redação empregadas se apresentam adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.







Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2994 de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2021.

JOÃO CAMPOS Relator

